

Análise de concepções de licenciandos em pedagogia sobre educação alimentar e nutricional e sua importância na ação docente em construção

Joanna Soares de Campos Pereira

Bruna Herculano da Silva Bezerra

Resumo

A escola tem sido considerada um espaço aberto para discussão de diversas temáticas, dentre elas está alimentação saudável, pautada na Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O Marco de Referência da EAN para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) a conceitua como um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. Na escola, a EAN pode assumir diferentes perspectivas no currículo como por exemplo, um caráter transversal ou ser um componente curricular e ainda se revelar sob diferentes visões: biologicista, psicológica, social, ambiental, econômica, etc. Este trabalho, tem como objetivo analisar as concepções de licenciandos em pedagogia sobre a EAN e qual importância atribuem à esta abordagem na sua ação docente em construção. Para tanto, foi construído um questionário, com cinco perguntas abertas, através do qual buscamos analisar os seguintes aspectos: concepções de EAN, a sua importância nos anos iniciais, o modo como abordar esse tema com as crianças, o seu caráter interdisciplinar e se a temática pode ser considerada como uma disciplina obrigatória no currículo. As respostas do questionário foram analisadas tomando como referência marcos legais da EAN no Brasil e os aspectos teóricos relativos ao tema que se constituíram enquanto concepções para evidenciar o que esses estudantes pensam em relação ao objeto de estudo.

Palavras-Chave: Educação Alimentar e Nutricional; Ação Docente; Pedagogia; Concepções.

1. Introdução

A educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano e são diversos os documentos que corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional- LDB do ano de 1996, afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica” (BRASIL, 1996, p.1), assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação” (Onu,1948, p.1).

A escola, segundo Barbosa et al (2013), pode ser considerada como um espaço privilegiado de construção de autonomia, de análises críticas e de construção de conhecimento e informação, consolidando o processo educacional como uma prática de ação social. Em se tratando de teorias educacionais pautadas na perspectiva crítica, os estudiosos dessa linha de pesquisa defendem que a escola seja caracterizada como um local direcionado para o

estabelecimento pleno de uma relação social entre a comunidade, família, educandos e educadores. Nessa relação, todos os sujeitos envolvidos devem refletir e empoderar-se de argumentos que sejam voltados para a construção de alternativas, ações e políticas voltadas para a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos. Dentre os muitos temas que podem ser abordados na escola considerando essa perspectiva de uma educação crítica e a formação para a cidadania destacamos, a alimentação saudável, considerada como um tema recorrente tanto na Educação Infantil como nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que implica em uma ampla discussão no espaço escolar e envolve a construção de diversos conhecimentos.

De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas, publicado no ano de 2012, pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à fome, vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a EAN pode ser definida como:

Um campo de conhecimento e de múltiplas práticas, ambientadas nos âmbitos transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, pautada em uma visão autônoma e voluntária de práticas alimentares saudáveis realizadas entre os sujeitos e a coletividade, inserida dentro no contexto relacionado ao Direito Humano à Alimentação Saudável (DHAA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Brasil, 2012. p.23).

Com isso, a EAN pode ser entendida como uma estratégia para a construção, formação e compartilhamento de hábitos e atitudes pessoais de um grupo a respeito de uma dieta saudável e que tem como importância principal, a garantia da segurança alimentar e nutricional e promoção à saúde e bem-estar do ser humano. Dessa maneira, é de suma importância que os educadores e profissionais da saúde assumam um papel de produção e difusão de conhecimento sobre EAN, que pode auxiliar na escolha de alimentos saudáveis, estendendo essa temática a toda a população, desde crianças a idosos, com foco na melhoria da qualidade de vida através de práticas alimentares saudáveis (Santos, 2005; Boog, 2004; Bizzo; Leder, 2005).

O processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar tem a função de formar cidadãos, para que tenham uma visão crítica da realidade na qual vivem e que estejam bem alinhados em vários assuntos relacionados com a vida e a sociedade, entre eles a alimentação e nutrição. Esse processo de ensino e aprendizagem, voltado para a EAN, pode seguir os preceitos pautados da educação libertadora, na perspectiva da educação problematizadora concebida por Paulo Freire, tendo como objetivo principal a construção de um conhecimento multidimensional e interdisciplinar do processo educacional do estudante, contribuindo para o

desenvolvimento da consciência e motivação dos mesmos para transformação da realidade dentro e fora do ambiente escolar (Freire, 2005).

Dentro do nosso sistema educacional, os educadores conhecem e convivem diariamente com discentes em uma relação simultânea, de mútua construção e troca de conhecimentos e ideias. No entanto, quando é possível estabelecer parcerias com profissionais de outras áreas do conhecimento envolvidos com a EAN (ex. Nutricionistas, médicos e enfermeiros, entre outros), o processo de interação e de troca de ideias com os sujeitos que compõem a comunidade escolar pode ser ainda mais enriquecedor com ações que ajudem a disseminar e fortalecer a EAN de forma multidisciplinar e transdisciplinar, de acordo com currículo proposto pela instituição escolar (Domene, 2008; Brasil, 2009).

Considerando a importância de uma educação para a formação da cidadania e a necessidade de inserção da EAN tanto na educação básica quanto nos cursos de formação de professores, a presente investigação tem como objetivo: analisar as concepções de licenciandos em pedagogia sobre a EAN e qual importância atribuem a sua abordagem considerando uma ação docente em construção.

A escolha por abordar EAN como objeto de estudo se justifica pela necessidade de abordar aspectos que envolvem a temática em questão, que precisa ser amplamente discutida no espaço escolar, visto que muitas crianças não conseguem obter uma alimentação adequada dentro de casa, com um consumo elevado de alimentos industrializados e diminuição do consumo de alimentos saudáveis. Dessa maneira, as principais consequências são o aparecimento de doenças que emergem mais comumente na idade adulta, como o diabetes, pressão alta, colesterol alto, obesidade, etc. Esse reflexo do perfil epidemiológico se deve ao fato do nosso país estar em processo de transição alimentar e nutricional. (Batista Filho; Rissin, 2003 apud Bergamashi; Adami, 2015).

A temática supracitada possui uma grande relevância, tanto do ponto de vista da saúde individual quanto coletiva, pois compreende uma abordagem social bastante contemporânea, que deve incluir mudanças bruscas de hábitos e estilo de vida saudáveis, já que a obtenção de uma alimentação não saudável pode trazer consequências sérias para a saúde do indivíduo (Silva, 2018).

E como defendemos que a escola é o espaço privilegiado para essas discussões e que o conhecimento pode se constituir como um instrumento de transformação social é preciso pensar na formação inicial de professores. Pensando no público infantil, se faz necessário discutir e evidenciar as ideias dos pedagogos em formação inicial sobre a temática em questão. Para Sipioni et al (2021), iniciativas voltadas para formação de profissionais que

podem atuar em EAN são extremamente necessárias, para que os mesmos possam desenvolver habilidades que estejam em consonância com as ideias atuais dentro das pautas que concerne à Alimentação Adequada e Saudável (AAS), devendo ser de caráter inovador, participativo, crítico e lúdico, aspectos muito importantes e fundamentais à realização da prática educativa das escolas.

2. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como objeto de estudo

A alimentação e a nutrição adequadas são requisitos essenciais para o crescimento e desenvolvimento do público infantil como o todo, tendo a EAN como ferramenta essencial para a garantia da construção de uma vida mais saudável, podendo ser abordada tanto de forma interdisciplinar como transdisciplinar, sendo a disciplina de ciências, considerada como uma área profícua para a discussão desse assunto. A necessidade de vincular diferentes visões no que concerne a EAN pode ser importante e necessária, no sentido de conduzir um bom processo de ensino e aprendizagem, permitindo que os conteúdos possam ser visualizados por meio de diversos aspectos, sendo estes capazes de oportunizar o aluno a obter uma visão holística sobre o processo de aprender a se alimentar melhor (Santos, 2005; Silva, 2018).

Os documentos oficiais de currículo presente no país apontam para a necessidade de um trabalho com a EAN, desde o final dos anos 1990, como por exemplo, os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram documentos elaborados com o objetivo de fornecer uma referência de conteúdos e objetivos de ensino e aprendizagem para os alunos matriculados nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, de forma combinada e que podia cobrir, para além das disciplinas obrigatórias, temas transversais como, por exemplo, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, nos quais podem ser abordados e trabalhados em momentos distintos. Esta natureza transversal dos temas corresponde aos aspectos didáticos pautados na interdisciplinaridade (BRASIL, 1997).

Nos PCN, a EAN é vista como um tema transversal, tendo relação com o campo das ciências naturais e da educação física. No que diz respeito ao PCN das ciências naturais, a EAN pode ser abordada já no segundo ciclo (correspondentes a 3º e 4º séries do Ensino Fundamental) com o objetivo de caracterizar o alimento como fonte de matéria e energia, necessário para o bom funcionamento do nosso organismo (BRASIL, 1998).

A EAN é vista no terceiro ciclo (correspondentes a 5º e 6º séries do Ensino Fundamental), na abordagem de assuntos como: distinção dos principais tipos de nutrientes (carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas e sais minerais) presentes nos alimentos, com os

seus respectivos papéis na constituição e saúde do organismo humano, conforme suas necessidades. Já no quarto e último ciclo (correspondentes a 7º e 8º séries do Ensino Fundamental), a EAN é vista na abordagem de identificar a oferta de energia, através dos nutrientes presentes em todos os tipos de alimentos, comparando-os em termos das quantidades de energia, relacionadas às composições nutricionais e ao papel que cada nutriente possui no organismo (BRASIL, 1998).

Com as abordagens de EAN supracitadas, os estudantes são capazes de refletir sobre os hábitos e as possibilidades reais de ter uma boa alimentação, em comparação às necessidades para a manutenção da saúde, podendo também comparar, por via de tabelas, as necessidades diárias em função da idade, sexo e atividade que uma pessoa realiza, estando mais focados em avaliar se os seus hábitos alimentares estão sendo realizados de forma correta, envolvendo a necessidade de uma reflexão sobre as suas reais condições de sua vida e de outras pessoas, bem como o equilíbrio dinâmico do processo saúde-doença (BRASIL, 1998).

Já, no que tange ao PCN da Educação Física, a temática da EAN está relacionada aos conhecimentos sobre o corpo em seu processo de crescimento e desenvolvimento, no qual são construídas de forma simultânea ao desenvolvimento de práticas corporais, que podem dar suporte para o cultivo dos bons hábitos alimentares, higiene e atividade corporal, para o aprimoramento das potencialidades corporais do indivíduo, onde permite essa compreensão como um direito humano fundamental à vida (BRASIL, 1997).

Após um intervalo de vinte anos sem publicação de documentos que norтеassem o currículo escolar, em 2017, o Ministério da Educação anuncia a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo, o qual define habilidades e competências, no qual os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, sendo considerado como uma referência nacional para a formulação de currículos e de propostas pedagógicas das instituições escolares nas esferas Federal, Estadual e Municipal, buscando assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento pautados nos princípios estéticos, éticos e políticos com vistas à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, especificando conhecimentos obrigatórios em cada etapa da educação para todo o território nacional, tendo o conhecimento curricular orientado e direcionado para a realidade local, social e individual da escola e da sua comunidade. Dentre os temas que podem surgir a partir desta orientação, podemos destacar a EAN (Lang; Ciacchi, 2021; Brasil, 2017).

Na BNCC, no campo da Educação Infantil, a abordagem da EAN vem de forma subentendida, no campo das experiências relacionadas à “Corpo, Gestos e Movimentos”, no

qual se evidenciam objetivos de aprendizagens relacionados ao desenvolvimento, e aos campos de experiência correspondentes à faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de vida da criança. O foco na EAN, para esta faixa etária, está intimamente relacionado aos processos de autocuidado com o corpo e a promoção do bem estar da criança através da alimentação, higiene, conforto e aparência (Brasil, 2017).

No âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC aborda a EAN, de forma bem clara, a partir do 5º ano, na unidade temática “Vida e Evolução”, tendo como objetos de conhecimento “Nutrição e Organismo, Hábitos alimentares e a Integração dos sistemas digestório, respiratório e circulatório”. Duas habilidades merecem destaque no que concerne a EAN, que são a EF05CI08, que está direcionado para a organização de um cardápio equilibrado que possa atender as necessidades individuais, levando em consideração os fatores sexo, idade e grupos alimentares, com foco na manutenção da saúde do organismo; e a EF05CI09, que se refere à ocorrência de distúrbios nutricionais que pode aparecer no público infante-juvenil, partindo na análise de seus hábitos e estilo de vida. (Brasil, 2017).

Um ano após a publicação da BNCC, é publicada a Lei Nº 13.666 de 16 de maio de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que inclui a EAN no currículo escolar como tema transversal nas disciplinas obrigatórias na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio.

Outro documento que merece destaque é a Resolução de Nº 06 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), publicada em maio de 2020, que aponta em seu Artigo 5º, inciso II, uma das diretrizes que destaca a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar como um todo, trabalhando o tema da alimentação e nutrição, focado no desenvolvimento de práticas e estilo de vida saudáveis. Também nesse mesmo documento, ressalta a necessidade de uma atuação articulada dos profissionais de educação, do responsável técnico e de nutricionistas que atuam no ambiente escolar para fortalecer a parceria e, assim desenvolver de maneira coordenada e compartilhada ações que visem à inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2020b).

Tanto a Lei Nº 13.666, de 2018, como a Resolução do FNDE Nº 06, de 2020, abordam a EAN de uma forma mais geral, conferindo o seu caráter de transversalidade e interdisciplinaridade, para toda a educação básica, sendo necessário que cada sistema de ensino e estabelecimento escolar implante a EAN, visando às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Outros decretos ministeriais destacam a importância da EAN considerando-a como componente curricular, no caso, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído no ano de

2007, em parceria com os Ministérios da Educação e Saúde e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído no ano de 2009, também em parceria com os Ministérios supracitados, trazendo consigo uma nova perspectiva para as ações de EAN ao explicitar a sua real necessidade de sua inserção no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao currículo escolar propriamente dito (Lang; Ciacchi, 2021)

Entre os objetivos do PSE destacamos algumas ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional e da alimentação saudável como, por exemplo: promoção da alimentação saudável por meio da execução de atividades educativas sobre alimentação e modos de vida saudáveis com a comunidade escolar, valorizando os alimentos regionais. Dois anos após a instituição do PSE, surge o PNAE, cujo objetivo é a promoção de práticas alimentares saudáveis dentro do ambiente escolar, com o foco em contribuir para o desenvolvimento e crescimento biopsicossocial, melhoria na aprendizagem e no rendimento escolar dos estudantes contemplados pelo programa supracitado, através da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009).

2.1. Concepções sobre EAN

Quando refletimos sobre a importância da EAN no contexto escolar, precisamos pensar no professor como um ator social importante neste processo. Primeiro, porque no dia a dia em sua abordagem comunicativa e através das estratégias de ensino desenvolvidas no contexto escolar, este professor contribuirá para a formação crítica dos estudantes em relação à alimentação. Nessa perspectiva, tratar de forma específica sobre as concepções desses professores e particularmente no contexto da formação inicial, é de suma importância para refletir sobre práticas ingênuas que pouco contribuem para abordagem da EAN de forma efetiva na escola e com desdobramentos para a vida social dos estudantes.

No contexto da sala de aula, a prática pedagógica é marcada pelas concepções e ideias que os professores possuem sobre o processo de ensino e aprendizagem de determinados conceitos e com a EAN não é diferente. São diversas concepções sobre EAN que influenciam no planejamento das ações docentes sobre o tema e até mesmo sobre a forma e importância atribuída a EAN no contexto escolar.

Quando pensamos a EAN, o Marco Referencial da EAN (Brasil, 2012) aponta para a amplitude do trabalho com o tema, explicitando as diferentes áreas e possibilidades para o seu desenvolvimento: Saúde; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação; Agricultura; Desenvolvimento Agrário; Abastecimento; Meio ambiente; Esporte e Lazer;

Trabalho e Cultura. E, aponta princípios para as ações de EAN que podem ser incorporados nas ações desenvolvidas nas diferentes áreas e no nosso caso específico na educação, conforme o quadro 1:

Quadro 1: Princípios para as ações de EAN do Marco referencial da EAN:

Os Princípios da EAN	O Significado dos Princípios
Princípio 01: Sustentabilidade Social, Ambiental e Econômica.	Este princípio pauta-se em aspectos sociais, ambiental e econômico da alimentação, tendo como base fundante a sustentabilidade, relatando como funciona o sistema alimentar, que inicia no processo de produção do alimento até o seu consumo final, com o propósito de satisfazer as necessidades nutricionais diárias das populações e dos indivíduos, sem que sofra impactos na utilização dos recursos renováveis e não renováveis, na economia local e nas relações sociais. (BRASIL, 2012, p. 24).
Princípio 02: Abordagem do Sistema Alimentar, na sua Integridade.	Este princípio relata de como o nosso sistema alimentar funciona, iniciando desde o acesso a terra, para o plantio de um determinado alimento, até o seu consumo final, pautando-se em práticas alimentares individuais e coletivas, contribuindo para que os sujeitos individuais e coletivos realizem escolhas alimentares de forma consciente (BRASIL, 2012, p. 25).
Princípio 03: Valorização da Cultura Alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas.	Este princípio pauta-se em valorizar a cultura alimentar regional, respeitando a diversidade alimentar, relacionados aos saberes científicos, culturais e religiosos, que existem em cada região brasileira. Como o nosso país possui dimensões continentais, cada região possui uma particularidade com relação à alimentação, através de preparações, combinações, e práticas alimentares peculiares. Também relata que as nossas escolhas alimentares podem ser voluntárias ou não, incluindo aqueles que possuem necessidades alimentares específicas (BRASIL, 2012, p. 25).
Princípio 04: A comida e o alimento como referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória.	Este princípio pauta-se em práticas alimentares emancipatórias, valorizando os aspectos culturais, sociais, afetivos e sensoriais. A alimentação pode trazer um significado simbólico para a vida do indivíduo que tem um jeito particular e autônomo de preparar a sua própria alimentação, de acordo com cheiro, cor, sabor, textura e temperatura dos alimentos, promovendo a reflexão e a prática das dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas em torno da alimentação (BRASIL, 2012, p. 26).
Princípio 05: Promoção do autocuidado e da	Este princípio relata que a promoção da alimentação saudável também se direciona para as práticas de

autonomia.	autocuidado e da autonomia do sujeito, tendo como foco principal a mudança de comportamento centrado do seu próprio “eu”, tanto interior como exterior, para a melhoria da qualidade de vida em todos os aspectos de vida do sujeito (BRASIL, 2012, p. 26-27).
Princípio 06: A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.	Este princípio relata que o processo educacional possui como objetivo principal levar conhecimentos e práticas direcionados para a realidade do sujeito e da coletividade, fazendo uma relação entre a teoria e a prática. A EAN deve ser uma prática permanente e que deve estar presente ao longo da vida do sujeito, capaz de desenvolver senso crítico frente a diferentes fatos, procurando estratégias para lidá-los na melhor forma possível, ampliando sua abordagem para além da transmissão de conhecimentos, gerando situações reflexivas de cunho cotidiano, no auxílio na busca de práticas alternativas (BRASIL, 2012, p. 27-28).
Princípio 07: A diversidade dos cenários de prática.	Este princípio relata que a EAN deve ser praticada nos mais diferentes espaços sociais para os mais diferentes grupos populacionais, a fim de que os objetivos da EAN sejam alcançados de forma ampla, com a utilização de estratégias e ações que atendam as especificidades do espaço e do público atendido (BRASIL, 2012, p.28).
Princípio 08: Intersetorialidade.	Este princípio pauta-se na divisão de responsabilidades dos setores governamentais (Federal, Estadual e Municipal), de forma que atuem em conjunto para que garanta alimentação saudável e de qualidade para toda a população, com foco na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, através da criação de políticas públicas direcionadas para a temática em questão (BRASIL, 2012, p. 28-29).
Princípio 09: Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.	Este princípio relata de como deve ser feito o processo de planejamento de ações pautadas em EAN, que se inicia desde o seu processo de diagnóstico até a definição de indicadores de processos e de resultados. O planejamento de ações de EAN não apenas envolve os profissionais da área, mas também indivíduos e grupos que devem participar nos processos decisórios, devendo valorizar o diagnóstico situacional do espaço em que está ocorrendo a EAN, elaborando objetivos bem definidos, a partir das necessidades reais das pessoas e dos grupos naquele espaço, a fim de que metas sejam estabelecidas para o alcance dos resultados desejados para aquela ação (BRASIL, 2012, p.29).

Fonte: Elaborado com base no marco referencial da EAN (BRASIL, 2012, p. 24-29).

Para além dos princípios descritos no Marco Referencial, outros trabalhos trazem diversas outras concepções sobre o campo de estudo em questão. A EAN, sob o ponto de vista

biologicista, pode ser observada na pesquisa elaborada pelas autoras Magalhães e Porte (2019), na qual realizaram um trabalho com professoras que atuam na Educação Infantil, visando conhecer as concepções que as participantes tinham com relação à EAN. Entre as principais concepções identificadas na investigação destacamos a EAN mais diretamente relacionada à dimensão biológica, ou seja, os participantes da pesquisa ressaltaram a importância do consumo adequado de alimentos e nutrientes necessários para o bom funcionamento do corpo e manutenção da saúde como um todo.

No trabalho supracitado foi observado que as dimensões psicológicas, culturais, ambientais, econômicas e sociais concernentes ao campo da EAN, não aparecem em nenhum momento, sugerindo a falta de conhecimento ou a não valorização da sua importância para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, salientando-se a necessidade de realização de atividades de sensibilização, orientação e capacitação de professores sobre as dimensões multifacetadas que envolvem a EAN, bem como a identificação dessas dimensões que devem estar presentes no cotidiano das crianças e da comunidade escolar como um todo. Como não houve nenhuma citação às dimensões supracitadas, o Marco de Referência da EAN, publicado há mais de 10 anos, apresenta estas dimensões a partir de nove princípios relatando o quanto estes aspectos são importantes para ser discutidos em sala de aula (Magalhães; Porte, 2019).

As dimensões social e cultural da EAN aparecem no terceiro e quarto princípios, intitulados “Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas” e “A comida e alimento como referências enquanto prática emancipatória”. O princípio três aponta que a EAN deve legitimar a existência de saberes advindos da cultura, religião e ciência com relação à alimentação e que esses saberes devem ser respeitados. Já o princípio quatro relata que a nossa alimentação envolve aspectos sensoriais, culturais, sociais e afetivos e que esses aspectos supracitados devem estar bem próximos à realidade da nossa população, de maneira que possa permitir o estabelecimento de vínculos entre os processos pedagógicos e as necessidades locais e familiares dos sujeitos envolvidos.

Ou seja, essas duas dimensões da EAN são bem importantes e merecem ser discutidas em sala de aula, pois os professores lidam com alunos que podem advir de diferentes locais e culturas, precisando mostrar que existe uma diversidade alimentar entre o seu alunado, devendo prevalecer o respeito mútuo. O que pode ser saudável para um, pode não ser saudável para o outro, cabendo ao docente mediar os conflitos que podem surgir durante a discussão dessa temática dentro do ambiente escolar.

As dimensões ambiental e econômica da EAN aparecem no primeiro princípio, intitulado “Sustentabilidade Social, Ambiental e econômica”, pautado na promoção da alimentação saudável, tendo como referência o nível de satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e da coletividade em um determinado intervalo de tempo, com relação ao consumo dos alimentos não implicando no uso de recursos renováveis e não renováveis, envolvendo relações econômico-sociais (Brasil, 2012).

Essas dimensões possuem uma forte ligação com a EAN, pois os desafios pautados na sustentabilidade ambiental e econômica podem assumir um papel central na reflexão sobre as ações relacionadas ao desenvolvimento e dos padrões de produção, de abastecimento, de comercialização e de distribuição dos alimentos que serão consumidos pela população mundial (Brasil, 2012).

E, por fim, a perspectiva psicológica pautada na EAN, aparece no quinto princípio intitulado “A promoção do autocuidado e da autonomia”, no qual expressa o poder de adesão das pessoas com relação às mudanças que podem estar relacionadas ao seu modo de vida, tendo como premissas principais, para a garantia do envolvimento do sujeito nas ações pautadas na EAN: o processo de autocuidado e a necessidade de mudança de comportamento centrado no próprio indivíduo em si com relação ao meio em que vive (Brasil, 2012).

Diante do exposto, defendemos a necessidade de reflexão sobre a abordagem da EAN na escola como forma de promover uma educação científica pautada na cidadania e na construção de conhecimentos que contribuam efetivamente para o bem-estar dos estudantes e em maior amplitude da sociedade.

3. Percurso Metodológico

Esta investigação trata-se de um estudo de natureza quanti-qualitativa, pois é um tipo de pesquisa capaz de fornecer subsídios para desvendar o universo de significados e conceitos diante de um tema. Além disso, se caracteriza por buscar traduzir opiniões e números, informações as quais serão classificadas e analisadas, buscando uma relação entre o mundo e o sujeito participante da pesquisa, no qual o pesquisador tende a analisar os dados de forma indutiva (GIL, 1994).

Nessa pesquisa, buscamos identificar entre licenciandos do curso de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Recife, concepções sobre a EAN destacando a importância da abordagem desse tema pautada em uma ação docente em construção. A EAN pode ser abordada dentro do referido curso, de forma

transversal, relacionada às ciências da natureza, dentro das disciplinas de: Fundamentos de Ensino de Ciências (FC) e em Pesquisa e Prática Pedagógica 5 (PPP5), no qual trabalham-se as áreas de ciências, matemática e geografia de forma interdisciplinar.

Participaram da pesquisa 30 estudantes, distribuídos nas turmas de Fundamentos de Ensino de Ciências (turnos manhã e noite), de PPP 5 (turnos manhã, tarde e noite) e de TCC2 (turno tarde) mais especificamente os estudantes cursistas do semestre 2022.1. Esses estudantes foram convidados a responder a um questionário sobre a EAN destacando a importância que atribuem ao tema no ambiente escolar. Os discentes de TCC2 participaram desse estudo por estarem finalizando o curso e já terem vivenciado, de forma mais prática, o contexto da sala de aula seja através dos estágios obrigatórios ou não obrigatórios.

Os dados da pesquisa foram coletados durante todo o mês de setembro de 2022 através de um questionário com cinco perguntas abertas, construído na plataforma Google Forms, conforme apresentado no quadro 02:

Quadro 02: Perguntas do questionário de pesquisa.

01: Para você, o que é a Educação Alimentar e Nutricional?
02. Você considera importante a EAN ser trabalhada nos anos iniciais? Por que?
03: Como trabalhar a Educação Nutricional com as crianças?
04: Em qual (is) disciplina(s) a Educação Nutricional pode ser trabalhada?
05: Você acha que seria necessário ter uma disciplina sobre Educação Nutricional no currículo escolar?

Fonte: De autoria própria.

De acordo com a Resolução N° 466 de 12 de dezembro de 2012, qualquer pesquisa que envolve seres humanos deve seguir os preceitos éticos, respeitando sua dignidade, liberdade e autonomia (Brasil, 2012). Em relação aos cuidados éticos com a pesquisa, os estudantes optaram livremente pela participação e tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado através do *Google forms*, juntamente com o questionário. Foram informados quanto aos objetivos da pesquisa e autorizaram a divulgação dos dados/resultados obtidos no questionário em artigos, eventos e/ou periódicos e foram esclarecidos que na divulgação dos resultados terão sua identidade preservadas e reforçamos que possuíam livre escolha quanto a sua participação.

Inicialmente, o questionário foi enviado por e-mail para os docentes que estavam ministrando as disciplinas de Fundamentos de Ensino de Ciências e de PPP5 no semestre 2022.1, explicando a importância da pesquisa para analisar as possíveis concepções que os licenciandos do curso de Licenciatura em Pedagogia têm acerca da EAN. O link do questionário foi inserido no corpo da mensagem do e-mail, para que os docentes pudessem compartilhar com suas respectivas turmas, via grupos de Whatsapp, durante todo o período em que foi realizada a coleta de dados. Para os estudantes da disciplina de TCC2, o link do questionário foi enviado para o grupo de Whatsapp, deixando os mesmos à vontade para participar da pesquisa ou não.

Subdividimos a análise em quatro aspectos centrais: concepções de EAN (questão 1), a importância da EAN para os anos iniciais do ensino fundamental (questão 2), o modo de abordar a EAN com as crianças (questão 3), abordagem da EAN na educação básica – interdisciplinaridade/transversalmente ao currículo ou como disciplina isolada no currículo (questões 4 e 5). De modo mais específico, as respostas obtidas no questionário para a primeira questão foram analisadas com base no Marco Referencial da EAN (Brasil, 2012) e no trabalho de Magalhães e Porte (2019). Para as demais questões, as respostas foram analisadas a partir de referências bibliográficas pertinentes as temáticas relacionadas para cada tipo de abordagem pautada na EAN.

Na análise os participantes serão identificados como L1, L2 e L30 respectivamente para destacar alguns exemplos de respostas evidenciadas na investigação.

4. Análise das concepções dos licenciando em Pedagogia sobre EAN

Para o estudo em questão, obtivemos um quantitativo de trinta estudantes que responderam ao questionário relativo à temática da pesquisa. Dentro deste quantitativo 43,3 % (13 estudantes) estavam cursando a disciplina de PPP 5 entre os turnos da manhã, tarde e noite, 33,3 % (10 estudantes) estavam cursando a disciplina de Fundamentos de Ensino de Ciências entre os turnos de manhã e noite e 23,3 % (07 estudantes) estavam cursando a disciplina de TCC 2 do turno da tarde como mostra o gráfico 01. As disciplinas supracitadas foram ofertadas durante semestre letivo 2022.1.

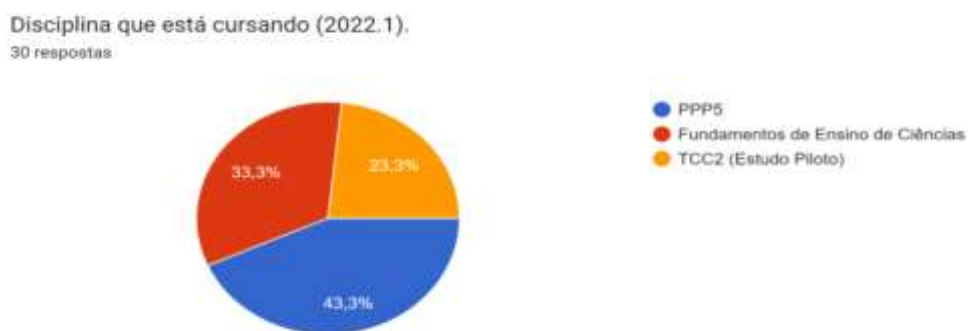


Gráfico 01: Percentual de estudantes participantes da pesquisa, cursando as disciplinas de PPP5, Fundamentos de Ensino de Ciências e TCC2 (Fonte: Dados da pesquisa).

4.1. Concepções sobre EAN

Com relação à primeira questão do questionário direcionada para as concepções acerca da EAN, observa-se que houve diferentes visões com relação à temática da EAN em si, mas a que prevaleceu, foi à visão biologicista, corroborando com os achados de Magalhães e Porte (2019) e no Marco de Referência da EAN (BRASIL, 2012). Dos 30 questionários respondidos, cerca de 20 (67%) percebem a EAN como uma temática de cunho biologicista, que aborda questões relacionados aos cuidados do corpo através do consumo de alimentos que contenham quantidade de nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo, para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e com a capacidade de prevenir o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como o diabetes, hipertensão arterial, colesterol alto, esteatose hepática (excesso de gordura no fígado), dislipidemias, dentre outras doenças. Dentre algumas das respostas destacamos:

*L2: Ensinar sobre os **benefícios ou malefícios dos alimentos** e seus impactos no corpo humano.*

*L8: Aprender a ingerir **alimentos ricos e saudáveis nutricionalmente** e entender o porquê,*

*L9: É ter sabedoria sobre o **que são alimentos saudáveis, suas composições** e quão necessários são para o nosso bem estar.*

Mesmo com a visão biologicista sendo prevalente nas respostas encontradas, outras visões também apareceram entre as respostas dos licenciandos, como a dimensão sociocultural, com seis respostas (20%), conforme evidenciado a seguir:

*L20: Educação alimentar e nutricional deve considerar **as questões culturais, a disponibilidade dos alimentos na região/localidade** e os valores nutricionais de cada faixa etária[...]*

E a dimensão psicológica, com quatro respostas (13%), conforme evidenciado a seguir:

*L24: É uma educação para a vida prática. Acredito que a educação alimentar e nutricional é fundamental para o desenvolvimento de forma integral do indivíduo, **pensando na mente e no corpo físico**.*

*L28: É um campo do conhecimento que visa **a tomada de decisões** sobre uma alimentação saudável e o reconhecimento desse direito importante que é a alimentação.*

*L19: Educação alimentar se trata de conhecer e entender a forma que os alimentos trazem benefícios para o nosso corpo, **tanto mentalmente** quanto fisicamente.*

Isto nos mostra que os participantes da pesquisa também se preocupam com esse lado de abordar a EAN sob as dimensões supracitadas, conforme está prescrito no Marco de Referência da EAN, nos seus princípios III, IV, V, que ressaltam tais aspectos e dimensões como a valorização da cultura alimentar local e o respeito à diversidade de opiniões e perspectivas a promoção da autonomia e do autocuidado, respectivamente (Brasil, 2012).

Magalhães e Porte (2019) em sua pesquisa citam a necessidade de um trabalho de capacitação com os docentes com a temática da EAN dentro do ambiente escolar não somente abordando o aspecto biologicista da mesma, mas que trabalhe, ao mesmo tempo, também os aspectos socioculturais, econômicos e psicológicos do assunto supracitado, de forma que pode perpassar toda a vida acadêmica do sujeito, que vai sempre se encontrar em processo de formação contínua. Para o Marco de Referência da EAN:

A alimentação deve ser considerada como prática social, pautada nas dimensões supracitadas, requerendo uma abordagem pautada na integração e das práticas alimentares dos indivíduos, observando além da disponibilidade e acesso a esses alimentos, os comportamentos, as práticas e as atitudes envolvidas na escolha desses insumos. (Brasil, 2012, p.31).

Ou seja, os docentes devem ter conhecimento pleno de todas as dimensões que estejam relacionadas ao campo da EAN e que elas andam sempre juntas, pois uma dimensão pode impactar no funcionamento da outra, influenciando também o nosso processo de saúde e bem-estar.

4.2. Importância atribuída a EAN para os anos iniciais do Ensino Fundamental

Para a segunda questão, destacamos a importância da EAN para os anos iniciais, nota-se que os participantes relataram questões importantes como: o incentivo à alimentação saudável desde cedo para a prevenção das DCNTs, o acesso a alimentos de baixo valor nutricional e o Direito à Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 03: Assuntos encontrados na 2ª questão

Assuntos	Número de respostas encontradas	Percentual	Exemplos de respostas com relação às categorias
Incentivo à alimentação saudável desde cedo para prevenção das DCNTs	19	63,3%	L14: <i>Sim, desde pequena a criança precisa ter as devidas noções básicas do que é uma alimentação saudável [...]</i> L19: <i>[...] entender a importância de uma alimentação saudável e podermos criarmos mais pessoas conscientes com os alimentos.</i> L17: <i>[...] Na escola, as crianças tem a oportunidade conhecer uma área de conhecimento que seus pais não tiveram [...]</i>
Acesso a alimentos de baixo valor nutricional	5	16,7%	L6: <i>Todos os dias as crianças são bombardeadas com diversas "propagandas" que incentivam a uma má alimentação [...].</i> L12: <i>Sim. Se pode observar muitos lanches levados para a escola um excesso de alimentos prejudiciais como achocolatado, refrigerante, biscoito e muitos alimentos industrializados. É notável a importância da conscientização.</i>
Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)	6	20%	L28: <i>Sim! Para as crianças entenderem que a alimentação que está no seu dia a dia é essencial para tomada de decisões sobre o que é saudável e o que não é saudável, para entenderem que alimentação é direito.</i>

Fonte: De autoria própria.

Pautada nas questões levantadas pelos participantes da pesquisa, a importância atribuída para EAN nos anos iniciais pode ser visualizado no trabalho realizado por Santana et al (2015) que aplicou atividades relacionadas a EAN a um grupo de 20 crianças com idades entre 06 e 10 anos de idade, em uma fundação filantrópica no município de Vitória da Conquista (BA). De acordo com os autores, o trabalho com a EAN com as crianças que estudam nos anos iniciais é considerado fundamental, para que haja mudança de comportamento com relação a alimentação, com o poder de formar cidadãos conscientes, que possam construir práticas promotoras da alimentação saudável.

Com relação ao aspecto “Incentivo à alimentação saudável desde cedo para a prevenção das DCNTs”, é necessário que sejam promovidas ações relacionadas à EAN, na qual possa

estimular a promoção de hábitos alimentares saudáveis, tendo a figura do professor, por exemplo, como um dos responsáveis para a execução desta ação. (Magalhães; Porte, 2019).

Com relação aos aspectos “Acesso a alimentos de baixo valor nutricional” e ao “Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)”, temos como referências principais: o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e a Emenda Constitucional N° 64, de 04 de fevereiro de 2010, que se refere ao DHAA, respectivamente. O SISVAN é um sistema de dados que pode subsidiar de como anda o estado nutricional da população e das coletividades através do acesso aos insumos considerados saudáveis e não saudáveis, podendo obter um diagnóstico precoce de possíveis desvios nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade mórbida. Já o DHAA não está apenas pautado em “livrar” as pessoas em situação de fome, mas refere também sobre o acesso, de maneira digna, a uma alimentação adequada e de qualidade, tendo duas dimensões indissociáveis, que é estar livre da fome e de obter uma alimentação adequada. (Brasil, 2010).

4.3. Abordagem da EAN com as crianças

Sobre a terceira questão, que pauta-se na forma de abordagem de EAN com as crianças, foram percebidas respostas direcionadas a ludicidade através da utilização das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC's) ou de outros recursos lúdicos e a elaboração de atividades abordando o aspecto da interdisciplinaridade, conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 04: Assuntos encontrados na 3ª questão

Assuntos	Número de respostas encontradas	Percentual	Exemplos de respostas com relação as categorias
Ludicidade por meio de das TIC's	1	3%	<i>L15: Como vivemos num mundo em que muitas crianças já possuem smartphones e acesso a aplicativos como YouTube, TikTok e etc, acho legal a abordagem de vídeos, por exemplo[...]</i>
Ludicidade por meio de ferramentas e outros recursos lúdicos (jogos, brincadeiras, música, teatro, artes, etc).	27	90%	<i>L7: Através da ludicidade. Como contação de história, Prática (com apresentação dos alimentos reais)... L 12: De um jeito criativo e lúdico como jogos, usando desenhos e personagens que as crianças gostam. L14: Através de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos, estimulação do consumo de bons alimentos, exposições e etc.</i>
Atividades Interdisciplinares	2	7%	<i>L18: Acredito que através de projetos interdisciplinares na escola, que questionem os alunos, acerca de suas alimentações diárias, como lanches (que é bem recorrente</i>

			<i>haver exaúeros negativos) a questão socioeconômica, etc [...]</i> <i>L20: Recentemente fizemos em PPP5 uma atividade para 5º ano que trazia atividades sobre alimentação, relacionada a frações/porções e a cultura local, bem como apresentando a agricultura familiar na produção e economia local dos alimentos [...]</i>
--	--	--	---

Fonte: De autoria própria.

Exemplos de atividades com foco na EAN direcionado para o público infantil podem ser visualizados nos trabalhos de Juzwiak (2013) que utilizou a literatura infantil para exploração de inúmeros conceitos sobre alimentação e nutrição de uma forma bem lúdica, integrando diversas áreas do conhecimento, com o estabelecimento de objetivos claros e concisos de que se pretende alcançar com relação ao tema em questão; e em Magalhães e Porte (2019), que promoveu um encontro de toda a comunidade escolar com profissionais de Nutrição, para mostrar como podemos adquirir um estilo de vida saudável através da alimentação.

Além da literatura infantil e de palestras com nutricionistas, pode-se utilizar outras ferramentas para que EAN possa ser aprendida de forma mais dinâmica e divertida com as crianças, como por exemplo, brincadeiras, confecção de álbum seriado de alimentos, criação de jogos como o baralho de alimentos, confecção de cartazes, mural, desenhos, bingo alimentar, elaboração de um jornal escolar envolvendo o assunto da alimentação saudável, criação de peças teatrais e dramatização, teatro de fantoches, cozinha interativa, horticultura, etc; e utilização das TIC's como, por exemplo, jogos on-line ou off-line, utilização de CDs e DVDs com histórias e músicas envolvendo a temática da alimentação saudável, utilização de filmes, desenhos e documentários envolvendo a temática da alimentação presentes em plataformas como Youtube, etc (Galisa et al., 2014).

Para o autor supracitado, o aspecto lúdico torna-se um suporte imprescindível para contribuir com a assimilação da temática, cabendo ao professor ou o nutricionista selecionar e identificar os recursos e técnicas que estejam disponíveis para o desenvolvimento de um programa de EAN dentro do ambiente escolar, selecionando-os de forma criteriosa, tendo como finalidade principal facilitar a aprendizagem do tema pelos estudantes, aumentando a possibilidade de sucesso no processo de mudança de comportamento alimentar que se espera acontecer.

Ultimamente, a ludicidade têm sido um recurso bastante utilizado tanto em sala de aula como em outros espaços não formais, no intuito de deixar a discussão do tema mais dinâmica

e interativa, estimulando o senso de criatividade, curiosidade e imaginação dos sujeitos, para que os mesmos entendam a importância de ter uma alimentação saudável de forma mais prática e divertida.

Outra ação que apareceu nos resultados da pesquisa pautada na forma de abordagem da EAN com as crianças direciona-se para a criação de atividades de EAN com o foco da interdisciplinaridade. A disciplina de PPP5 do curso de Pedagogia da UFPE, no contexto de pesquisa, assume o papel interdisciplinar entre as áreas de Ciências, Matemática e Geografia, evidenciando a sua essencialidade, com os licenciandos tendo a oportunidade de elaborar sequências didáticas com foco interdisciplinar, tendo a EAN como temática bastante comum. Para Sipioni et al (2021), a temática da EAN deve ser trabalhada e aparecer em disciplinas como artes, matemática, português, história, geografia, dentre outras, para que haja compartilhamento de ideias entre as mesmas.

4.4. Abordagem da EAN na educação básica: interdisciplinaridade, transversal ao currículo ou como disciplina.

Com referência à quarta questão, que aborda a interdisciplinaridade pautada na EAN, notamos que, dos 30 participantes da pesquisa, 06 deles (20%), trabalhariam esta temática mais especificamente na disciplina de ciências, mas, não apresentam justificativas. Enquanto que 24 licenciandos (80%) trabalhariam a temática da EAN em todas as disciplinas do currículo escolar, conforme evidenciado nas respostas a seguir:

L5: Ciências, português, matemática, geografia, história (interdisciplinar).

L15: Ciências, Geografia, Matemática, História.

L21: Ciências, português, matemática, história e geografia.

De maneira mais específica, a realização de um projeto interdisciplinar, conforme aponta Fazenda (1993), não é algo para ser ensinado e sim vivenciado. É algo que exige responsabilidade individual, através do envolvimento com as pessoas e com a instituição, de que necessita levar ao estabelecimento de relações e conexões com as novas ideias relacionadas à temática que está sendo trabalhada no ambiente escolar, de forma de transpor barreiras da disciplinaridade e que exige certa ousadia para criar, inovar e principalmente passar da subjetividade para a intersubjetividade.

Para Silva (2018), Ciências é uma disciplina do currículo escolar, responsável pela abordagem da EAN, analisando aspectos como indicadores de produção e consumo de alimentos, as mudanças de hábitos alimentares na população, as consequências de uma má alimentação a nível ambiental, dentre outros aspectos. No entanto, destacamos que embora a disciplina de Ciências figure no currículo escolar como uma disciplina profícua ao trabalho com a EAN não há restrições ou impedimentos para que esse trabalho se amplie de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. Salienta-se que temas relacionados com alimentação no ensino de ciências são considerados extremamente importantes para que possa estimular nos estudantes, uma visão crítica, colocando os conhecimentos adquiridos em prática.

De acordo com Silva (2018), mesmo que a EAN seja mais amplamente discutida na disciplina de ciências, outras disciplinas também podem abordar a temática em questão conferindo o seu caráter interdisciplinar e transdisciplinar. A interdisciplinaridade, conforme Ludke (2010) representa um processo de ruptura com o esquema tradicional de ensino por disciplina de forma fragmentada, existindo uma possibilidade de reunir o que já foi aprendido pelos alunos, através da construção conhecimentos gerados pelas suas investigações. Já a transdisciplinaridade, segundo Iribarry (2003), se caracteriza pelo diálogo e cooperação de diferentes áreas do conhecimento, preocupada com a interação entre as disciplinas, na qual cada uma delas busca, além de si, a compreensão do mundo presente.

E, por fim, sobre a quinta questão, que se refere à necessidade da EAN assumir o status de disciplina obrigatória do currículo escolar, podemos notar, nas respostas encontradas no questionário, cerca de 20 licenciandos (67%), ou seja, a maioria, acham importante que essa temática faça parte do currículo escolar como uma disciplina obrigatória. Conforme evidenciamos nas respostas a seguir:

*L9: Sim, **acho necessário**, mas seria interessante se fosse atribuído junto a algum programa para a reversibilidade da insegurança alimentar.*

*L14: Sim, **é algo que está crescendo cada dia mais nas escolas e seria interessante termos uma base para realizar um bom trabalho com as crianças.***

*L25: [...] **ter uma disciplina alicerçada o desenvolvimento dessa área desde pequenos**, para que adultos desenvolvam melhor sua relação com a comida e os alimentos, diminuindo a seletividade [...]*

É interessante perceber na resposta de L14 que o (a) licenciando (a) se refere à formação de base, no caso a licenciatura em Pedagogia apontando para a importância da formação para trabalhar com EAN. Esses achados encontrados nos questionários da pesquisa

corroboram com os resultados encontrados em pesquisas como as de Bizzo e Leder (2005), que defendem que a EAN esteja presente no currículo escolar voltado para os alunos do Ensino Fundamental, de Maldonado (2021), que se refere a importância da necessidade da EAN fazer parte como matéria específica dentro do currículo escolar, com a finalidade de que os alunos construam conhecimentos acerca da promoção dos hábitos alimentares saudáveis e em Decretos Ministeriais como o PSE e o PNAE que, de forma conjunta, trazem um novo olhar acerca da EAN, ao citar a possibilidade de inserção dessa temática supracitada ao PPP da escola e ao currículo (Brasil, 2007; Brasil, 2009).

Antes mesmo das pesquisas e dos Decretos Ministeriais supracitados serem realizados e publicados, respectivamente, defendendo a obrigatoriedade da EAN no currículo escolar, a Lei N° 5.692, de 11 de agosto de 1971, considerada como a “segunda” Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destaca, em seu artigo 7º, a obrigatoriedade de inclusão dos programas de saúde nos currículos do 1º e 2º graus, estando a EAN inclusa dentro desses programas supracitados (Brasil, 1971).

Mesmo tendo a ampla maioria defendendo a obrigatoriedade da EAN como disciplina no currículo escolar, tivemos 10 respostas (33%) relatando a não obrigatoriedade da EAN como disciplina curricular, devendo a mesma ser trabalhada de forma transversal, ou seja, transpassando a sua concepção, os seus objetivos, os seus conteúdos e as orientações didáticas direcionadas para cada campo do saber, no decorrer de toda a educação básica. Conforme alguns exemplos de respostas a seguir:

*L6: Na minha opinião acredito que a EAN se posicionaria bem como um **Tema Transversal**, mas que ela venha a ser trabalhada de forma efetiva na escola em parceria com um Nutricionista associado e os professores promovendo aulas e projetos.*

*L10: Acredito que esse conteúdo pode ser trabalhado dentro das **disciplinas que já existe no currículo**.*

*L12: Uma disciplina exclusiva? Não. É melhor que seja feita de **interdisciplinarmente dentro das disciplinas** que já estão no currículo.*

Trabalhar a transversalidade de um determinado tema, como a EAN, implica em um tratamento integrado de áreas e um acordo de relações interpessoais e sociais escolares com questões que se encontram entrelaçadas. Os temas transversais são escolhidos por envolverem temáticas sociais que sejam atuais e imprescindíveis para o cotidiano escolar, como a EAN, por exemplo, podendo assumir uma abrangência nacional ou até mesmo universal, exigindo alguns processos para que possam corresponder às reais necessidades locais (Marchesan et al., 2022).

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo identificar as concepções de licenciandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPE, Campus Recife, sobre EAN, destacando a sua importância na ação docente em construção. A elaboração deste trabalho pauta-se do desejo da primeira autora de obter um aprofundamento acerca da temática em si, percebendo o quanto esse tema é importante de ser discutido em sala de aula, devendo fazer parte do currículo de formação de professores, seja de forma interdisciplinar ou transversal.

Caracterizamos a escola como um ambiente estratégico e ideal para a abordagem da temática, pois a EAN pode tornar-se uma ferramenta capaz de promover mudanças de hábitos e estilo de vida saudáveis nos estudantes através da adoção do consumo de alimentos saudáveis, a médio e longo prazo, tendo a figura do professor como agente principal para essa mudança, pois é a figura de maior convivência com os estudantes dentro do ambiente escolar, depois da família (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

Trabalhar com a EAN dentro do ambiente escolar não é algo simples de ser feito, pois exige não apenas saber quais são os alimentos saudáveis e os não saudáveis, ou seja, o âmbito biologicista da EAN, como mostra os achados da pesquisa. Exige trabalhar os aspectos da alimentação saudável nos âmbitos social, cultural, econômico, ambiental e psicológico conforme preconiza o Marco de Referência da EAN, documento este que todo docente deve conhecer e que deseja trabalhar a temática da EAN dentro da sala de aula.

Através da pesquisa, podemos perceber que os docentes que se encontram em processo de formação, enxergam a EAN como uma temática de cunho biologicista, em que a ludicidade deve se fazer presente para a criação e elaboração de atividades abordando a alimentação saudável, que a EAN é considerada como um tema que pode ser abordado de forma interdisciplinar, devendo ser trabalhada e discutida em outras disciplinas do currículo escolar e que deve ser considerada como uma disciplina obrigatória do currículo escolar.

Consideramos essa pesquisa de extrema relevância, pois se pode abrir um leque de discussões a respeito das concepções de EAN que existem entre os professores que se encontram em construção formativa, já que grande parte das pesquisas encontradas, que deram embasamento para a construção deste trabalho, discutem as concepções de EAN entre os docentes que já se encontram em atuação nas escolas, sejam públicas ou privadas, lecionando em turmas de Educação Infantil e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

6. Referências

BARBOSA, N.V. S; MACHADO, N.M. V; SOARES, M.C. V; PINTO, A.R.R. **Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades**. Ciência & Saúde Coletiva, 18(4): 937-945, 2013.

BIZZO, M.L. G; LEDER, L. **Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Rev. Nutr. 2005; 18(5): 661-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a09v18n5.pdf>.

BOOG, M.C.F. **Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar**. Saúde Rev. 2004 6(13): 17-23. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistas.pdf/saude13art02.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

_____. **Decreto Nº6.286, de 05 de dezembro de 2007**. Brasília: Ministérios da Saúde e da Educação, 2007.

_____. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

_____. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Específicos. **Lei Nº 13.666, de 16 de junho de 2018**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/lei/L13666.htm#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,e%20nutricional%20no%20curr%C3%ADculo%20escolar.

_____. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 08 maio, 2020b.

- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. v8.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 138 p.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional N° 64, de 04 de fevereiro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.html.
- _____. **Vigilância alimentar e nutricional - Sisvan: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- DOMENE, S.M.A. **A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional**. Psicol. USP. 2008; 19(4): 505-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n4/v19n4a09.pdf>.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: SP. Papirus, 1993.
- FILHO, M.B; RISSIN, A apud BERGAMASCHI, D; ADAMI, F.S. **Perfil Antropométrico de crianças e adolescentes**. Rev. Ciênc. Saúde v.17, n. 1, p. 53-60, jan-jun, 2015.
- FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.
- GALISA, M; NUNES, A.A; CHEMIN, S; GARCIA, L. **Educação alimentar e nutricional: da teoria à prática**. 1. ed.- Vila Mariana, SP: Roca, 2014.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.
- IRIBARRY, I. N. **Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe**. Psicol. Reflex. Crit. 16 (3). 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/D4YgwJqvQh495Lgd6JGSHLz/?lang=pt>.
- JUZWIAK, C.R. **Era uma vez.... Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta para educação alimentar e nutricional**. Comunicação Saúde e Educação. v.17, n.45, p.473-84, abr./jun. 2013.
- LANG, R.M. F; CIACCHI, E.M.R. **Educação Alimentar e Nutricional: Fundamentação Teórica e Estratégias Contemporâneas**. 1. ed.- Rio de Janeiro: Rubio, 2021. 496p.

- LÜDKE, M. O trabalho com projetos e a avaliação na educação básica. IN.: SILVA, J. F. da; HOFFMANN, J; ESTEBAN, M. T. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 69-82.
- MAGALHÃES, H.H.S.R; PORTE, L.H.M. **Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional**. Ciênc. educ. (Bauru) 25 (1) • Jan-Mar 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?lang=pt>. Acesso em: 22. out.2022.
- MALDONADO, L; FARIAS; S.C; DAMIÃO, J.J; CASTRO, L.M. C; SILVA, A.C. F; CASTRO, I.R.R. **Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Cad. Saúde Pública 2021; 37 Sup. 1: e00152320.
- MARCHESAN, C; PIASETZKI, C.T.R; BOFF, E.T.O; BIANCHI, V. **Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao currículo escolar**. Revista: Ciência, Cultura e Tecnologia. Ed. Unilasalle. Canoas, v. 27, n. 1, 2022.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.html.
- SANTANA, R.F; OLIVEIRA, A.P; ARAÚJO, D.E; MIRANDA, A.S; SANTOS, R.N. **Intervenções de Educação Alimentar e Nutricional para crianças de uma fundação pública em Vitória da Conquista-BA: Construindo novos hábitos alimentares**. Revista Extendere. Vol.3. Nº1, jan-jun./2015.
- SANTOS, L.A.S. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Rev. Nutr. 2005; 8(5): 681-92. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a11v18n5.pdf>.
- SILVA, D.F.S. **Formação de Professores do Ensino Fundamental na cidade de Petrolina-PE: A abordagem do tema da alimentação e nutrição no componente curricular de ciências**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2018. 167 f.
- SIPIONI, M.E; ZOUAIN, M.S; RIBETT, E.J; ZOUAIN, A.C.S; REZENDE, A.M.B. **Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola**. R. Assoc. bras. Nutr. 2021; 12 (2): 21-41.